

História, natureza e ética nos escritos de viagem de Ezequiel Martínez Estrada

History, nature and ethics in the travel writings of Ezequiel Martínez Estrada

Fabio Muruci¹

fmuruci2@gmail.com

Resumo: Este artigo oferece uma análise dos escritos de viagem do ensaísta argentino Ezequiel Martínez Estrada aos Estados Unidos. Martínez Estrada visitou o país em 1942 como parte de um programa cultural para estimular o contato com escritores da América Latina. Escreveu um diário de viagem com anotações sobre relações raciais, política e vida literária em várias cidades norte-americanas, incluindo Miami, Washington e Chicago. Depois de regressar para a Argentina, publicou um longo ensaio sobre os EUA. Esses textos apresentam algumas perspectivas diferentes sobre o assunto. Ambos, contudo, apresentam uma reflexão sobre a especificidade da formação histórica dos Estados Unidos e da Argentina, abordando vários pontos também presentes em *Radiografía de la Pampa*. O autor sugere que essas diferentes experiências históricas e a relação de cada uma com seu passado são questões fundamentais para entender a ética de cada uma dessas sociedades.

Palavras-chave: Ezequiel Martínez Estrada, Estados Unidos, Argentina, história, ética.

Abstract: This article provides an analysis of Argentinean essayist Ezequiel Martínez Estrada's travel writings to the USA. Martinez Estrada visited the country in 1942 as part of a cultural program to improve the contact with Latin American writers. He wrote a travel diary with notes about race relations, politics and literary life in several North-American cities including Miami, Washington and Chicago. After returning to Argentina, he published a long essay on the USA. These texts offer some different perspectives on the subject. Both, however, are discussions on the historical formation of the USA and Argentina, covering several questions already present in *Radiografía de la Pampa*. The author suggests that these different historical experiences and the relation of each nation with its past are essential questions to understand the ethics of each of those societies.

Keywords: Ezequiel Martínez Estrada, United States, Argentina, history, ethics.

¹ Professor na Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário Alaor de Queiroz Araújo, Goiabeiras, 29060-900, Vitória, ES, Brasil.

A obra e a biografia de Ezequiel Martínez Estrada têm sido objeto de um longo conflito de interpretações na Argentina. Valorizado hoje como autor de um clássico do ensaísmo latino-americano do século XX, *Radiografía de la Pampa* (RP daqui para frente), EME² sofreu com a rejeição intelectual e a desconfiança política de diversos setores da intelectualidade argentina de sua época (Ferrer, 2014). O resultado foi um longo desinteresse pela análise acadêmica de suas obras, o que só começou a ser feito a partir dos anos 1980. Parte dessa trajetória conflituosa pode ser explicada pela própria trajetória errática que ele percorreu entre os anos 1930 e 1960. Após expressar simpatia pelo liberalismo e por diversos autores norte-americanos e fazer oposição ao regime peronista, EME passou os seus últimos anos de vida trabalhando na Cuba revolucionária de Fidel Castro, escrevendo textos de acentuado teor anti-americanista³. Estas mudanças não agradaram nem aos intelectuais liberais com quem chegou a se relacionar nem à esquerda. Para alguns, elas só confirmavam a imagem de um autor incoerente. Para outros, não conseguiam esconder o caráter essencialmente reacionário de seu pensamento⁴.

Não é meu propósito discutir aqui o conjunto dessas interpretações. Parte de suas divergências é resultado da curiosa mutabilidade ideológica de EME, que gerou acusações de oportunismo enquanto estava vivo e estimula divergências interpretativas até hoje (Borello, 1996). Não é meu propósito apresentar uma leitura mais “definitiva”, e sim explorar uma linha pouco trabalhada até agora. Considero que, diante da importância crucial que essas mudanças de direcionamento podem ter para o entendimento do pensamento dele, uma discussão sobre em que consiste a percepção de EME sobre a sociedade, política e cultura norte-americanas tem um papel nada desprezível. Explicitada principalmente em escritos dos anos 1940, ou seja, a meio caminho entre RP e os textos do período cubano, suas impressões sobre aquele país podem contribuir para acrescentar alguns elementos à compreensão de sua visão sobre temas como revolução, liberalismo e Estado. Minha estratégia será propor que várias das impressões sobre os EUA contidas nesses textos são diálogos com RP, escrito uma década antes, e procuram observar como a sociedade norte-americana oferece respostas diferentes ou enfrenta problemas seme-

lhantes aos que EME observou na Argentina. Na visão dele, o entendimento das especificidades da formação histórica de cada um desses países seria fundamental para a compreensão dos valores éticos que regem cada uma daquelas sociedades.

Os dois principais textos de EME sobre os EUA são o diário de uma viagem feita em 1942, inédito em livro por mais de quatro décadas, e um longo ensaio resultante dessa viagem, publicado em versão reduzida neste mesmo ano com o título de “Juicio Sintético sobre Estados Unidos” na revista *Libertad Creadora*. Tanto o diário como a versão completa do ensaio, com o título de *Diagrama dos Estados Unidos*, só foram publicados pela primeira vez em forma de livro em 1985, graças ao trabalho de pesquisa e organização de Joaquín Roy, que descobriu os textos nos arquivos de EME em Baía Blanca (Roy, 1985). Ainda pouco valorizados nos estudos sobre EME⁵, tais textos explicitam seu interesse por temas norte-americanos, o que estava apenas sugerido em RP.

A viagem de EME foi realizada como parte de uma das missões de intercâmbio cultural da Política de Boa Vizinhança do governo de Franklin Roosevelt. Nos anos 1940, o governo norte-americano se empenhou para criar laços mais estreitos com países latino-americanos diante da ameaça de propagação da simpatia pelo nazifascismo na região. Era uma tarefa complexa já que a política externa norte-americana nas décadas anteriores, incluindo a política do *Big Stick* de Theodore Roosevelt e intervenções militares em Cuba e Nicarágua, havia gerado um considerável sentimento anti-ianque no público latino-americano. Além disso, intelectuais influenciados pelo *ariélismo* de José Enrique Rodó haviam contribuído para disseminar a imagem dos EUA como um país dominado pelo materialismo, pobreza cultural, obsessão pelo útil e pela riqueza e tendências expansionistas (Rodó, 1967). Por isso, além de convencer os governos locais a colaborar com o esforço de guerra, o objetivo dessa política era divulgar os valores e modo de vida norte-americanos que estariam sendo ameaçados pelo nazismo. Financiamento de filmes e livros, suporte a bibliotecas e exposições de arte fizeram parte da política de “diplomacia cultural”, como a denomina Darlene Sadlier. Os projetos, em grande parte sob a coordenação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs – CIAA*, incluíam

² Passo, a partir de agora, a me referir ao autor com a abreviação “EME”, uso comum entre seus estudiosos.

³ Nos anos finais da década de 1950, EME passou um período no México e se tornou colaborador da revista *Cuadernos Americanos*, onde começou a adotar uma postura mais crítica sobre a política dos EUA com relação à América Latina. Convidado para participar como júri de um concurso literário da Casa de las Américas, em 1960, decide permanecer em Cuba. Recebe então a proposta de escrever um estudo sobre José Martí, ao qual se dedicou nos seus últimos anos de vida. Apesar de publicar textos em defesa da Revolução, suas relações com os escritores e com o público cubano nos primeiros anos do governo revolucionário não são boas. Decide então voltar para o México em 1963 e para a Argentina em 1964, morrendo neste mesmo ano (Viñas, 1996).

⁴ Entre os críticos mais duros estava Juan José Sebreli: “Pienso [...] que la adhesión de Martínez Estrada a la revolución cubana no borra toda su obra anterior ni consigue que ésta deje con retroactividad de ser objetivamente reaccionaria”. In: “Prologo a la segunda edición” (Sebreli, 1986, p. 9).

⁵ David Viñas afirma que o Diário apresenta uma “caricatura” dos EUA e é repleto de generalizações, tendo o mesmo estilo “impressionista” de RP (Viñas, 1998). Na edição crítica de RP organizada por Leo Pollmann para a Colección Archivos, que reúne diversos estudos críticos e biográficos, não há, salvo engano, qualquer análise desses textos (Pollmann, 1996). Além da breve análise de Viñas no volume acima citado, há uma pequena referência na apresentação da edição de *Diferencias y semejanzas entre los países de la América Latina* da Biblioteca Ayacucho (Weinberg de Magis, 1990).

atividades bilaterais, com convites para intelectuais e artistas latino-americanos apresentarem seus trabalhos nos EUA e conhecerem o país (Sadlier, 2012).

EME realizou um circuito que abrangeu Miami, Washington DC, New York, Chicago e Denver. Por todo o percurso, suas anotações demonstram suas expectativas com a viagem e o desconforto que sente com a situação de latino-americano. Textos de viagem de escritores argentinos aos EUA já eram uma tradição nesse momento, tendo como precursor mais importante o livro da viagem feita por Domingo Sarmiento em 1847. Já em Sarmiento, a presença de uma biblioteca de leituras feitas na terra natal é colocada em confronto com a experiência da observação direta dos países sobre os quais se leu, gerando sentimentos diversos de decepção, confusão e admiração. A teoria muitas vezes não resiste ao choque do olhar em primeira mão, como demonstra sua frustração com as cenas de miséria e desigualdade da paisagem europeia. Mas ainda predominava o interesse “utilitário” de encontrar referências para a reforma dos países de origem, as quais Sarmiento encontrou com enfático entusiasmo nos EUA (Botana, 1997).

Para EME, leitor entusiástico de Thoreau, Poe e Walt Whitman, além de livros de viajantes que escreveram sobre o país, a viagem aparece como uma oportunidade de conferir com os próprios olhos o que lera nos livros. Carrega uma expectativa que viajantes anteriores já haviam sentido: conferir o que há de realidade na utopia democrática norte-americana: “Los que venimos, ya sabemos todo lo admirable que existe en este país y sólo nos falta verificar que Norteamérica existe, que no es una utopía, un mapa fraguado” (Martínez Estrada, 1985a, p. 46). A busca dessa comprovação faz com que o tom de suas anotações oscile entre o entusiasmo, que predomina em boa parte do texto, e alguns momentos de desconfiança sobre como se posicionar como observador. De tempos em tempos, suas anotações indicam a sensação de surpresa diante do cenário totalmente diferente do que lera nos livros: “[...] a las lecturas de algunas crónicas de viajeros, creí que las plazas públicas, desde ciertas horas del atardecer, eran un Edén al aire libre, por supuesto, y que cada farmacia formaban cola las *girls* para comprar preservativos [...]. Eso pertenece a la mitología de aquella Norteamérica del turismo (que acaso sea la misma del norteamericano)” (Martínez Estrada, 1985a, p. 75). A desconfiança de que possa não estar vendo aspectos importantes daquela sociedade e se deixando levar pelo entusiasmo ingênuo faz com que passe, a partir de certo momento, a optar pela descrição pura: “¿Es el pueblo norteamericano feliz con sus adelantos? ¿No hay una injusticia social que yo

todavía no veo? [...] ¿Tendré que ver mucho más antes de juzgar? ¿Debo limitarme a tomar notas sin reflexionar prematuramente, hasta no tener el panorama completo?” (Martínez Estrada, 1985a, p. 90). Apesar dessas dúvidas, o tom de julgamento perpassa todo o texto.

A viagem não é uma experiência confortável para EME. Apesar de valorizar a oportunidade de adquirir conhecimento, não hesita em anotar constantemente o desconforto com a situação de embaixador literário da Argentina. Sua angústia começa com o desinteresse que os norte-americanos sentiriam pelos estrangeiros em geral: “Esto es extranjero y me da la norma de cómo se considera lo extranjero aquí, sinónimo de lo inferior” (Martínez Estrada, 1985a, p. 34). Dentre desse contexto maior há, por sua vez, o tédio que sente com a forma burocrática e oficial com que a cultura em geral, e ele em particular, são tratados, como comenta durante a visita à National Library:

Necesito hablar con alguien que no me recite fórmulas de cortesía, ni me muestre instalaciones, organización con sistemas eléctricos para pedir los libros, no álbumes clasificados con vistas de todo el país, catalogadas. Tengo necesidad ya de encontrar un ser humano, un hombre, una mujer, naturales como el pollo en el galínero (Martínez Estrada, 1985a, p. 56).

Porém, mais significativo que seu desgosto com as obrigações do programa é a irritação que sente com a sensação de desinteresse e a atenção formal com que os norte-americanos o recebem: “Me fastidia ser un sudamericano más; otro cliente que hay que atender con deferencia. [...] Creo que irían a escucharme como irían a un número de programa aburrido y obligatorio. ¿Comprenderían lo que yo pueda traerles como cosa nueva, distinta? Juzgo que no. Entre estas gentes y yo media un abismo, mucho mayor que entre este país y el mío” (Martínez Estrada, 1985a, p. 45). Levando tal sentimento ao paroxismo, pergunta qual seria o equivalente dos sul-americanos na hierarquia local: “Los norteamericanos, ¿nos juzgan en la ‘clase negra’?” (Martínez Estrada, 1985a, p. 48). Sua narrativa é carregada pela tensão entre o entusiasmo pelo modelo que a sociedade norte-americana oferece em muitos aspectos e o complexo de se sentir tratado abaixo do que deveria.

Apesar dos desgostos com sua situação, EME tem uma visão predominantemente favorável dos EUA, a qual desenvolveu em seu ensaio *Diagrama dos Estados Unidos*, um texto consideravelmente apologético que publica ao retornar para a Argentina⁶. Neste ensaio, desenvolve diversas análises marcadas pela presença do “excepciona-

⁶ O que se torna mais notável se nos lembrarmos de que EME, junto com o cartunista francês Siné, publicou, em seus últimos anos, *El verdadero cuento del Tío Sam*, uma cartilha satírica sobre a política imperialista dos EUA na América Latina (Martínez Estrada, 1963).

lismo norte-americano”, a ideia cara a certas correntes do pensamento e historiografia do país que veem a raiz das realizações norte-americanas na trajetória histórica muito particular daquela nação. EME se apropria de muitos elementos desse repertório, desenvolvido desde finais do século XVIII e ampliado pelos historiadores oitocentistas. Porém, é importante destacar que, embora o próprio EME informe que este ensaio foi produto das anotações feitas durante a viagem de 1942, seu diário apresenta uma visão bem menos uniforme do que o ensaio publicado, embora não deixe de seguir sua matriz geral: “En este trabajo, que no constituye sino la glosa a observaciones hechas en un diario de viaje fugaz, no me propongo la defensa y mucho menos la alabanza que sólo registra lo favorable” (Martínez Estrada, 1985b, p. 149). Ao contrário do que afirma aqui, porém, boa parte das questões críticas ficou reservada ao diário.

O repertório de ideias e símbolos que alimenta as teorias do excepcionalismo tem uma raiz distante nas representações da ‘América’ geradas a partir do imaginário puritano nos Estados Unidos, em grande parte construída em torno da interseção dos conceitos-chaves de ‘Garden’ e ‘Wilderness’. No simbolismo bíblico puritano, de profunda influência no pensamento do século XIX, as terras virgens da América poderiam oferecer dois caminhos opostos. Na doutrina puritana mais ortodoxa, a ‘América’ é identificada como a *wilderness*, o ermo não cultivado onde Adão, após a queda, deve trabalhar arduamente para purgar seus erros (Marx, 1967). A estrita observância das regras e a rejeição dos prazeres mundanos e da carne são imposições para quem pretende reencontrar o caminho da salvação. Um continente virgem aparece como propício para o exercício do autocontrole. Em sua versão laica do século XVIII, a disciplina do tempo e do trabalho contra o caos das paixões, representação humana da *wilderness*, aparece como caminho para o sucesso comercial, tornando visível o cumprimento de uma vocação designada pela Providência.

Essa leitura, que acentuava o caráter de purgação do trabalho, foi questionada por outra leitura do mesmo simbolismo que, a partir do século XVIII, apresentava a América como o “jardim recuperado”, uma nova chance para o homem após o desastre da primeira tentativa. A Europa, identificada com monarquia, feudalismo, obscurantismo religioso e outras mazelas do ‘Velho Mundo’, tornava-se uma terra conspurcada pelo passado, onde a liberdade e criatividade humanas permaneciam castradas pelas instituições. Na América, ao contrário, Adão renasceria antes do pecado original, despido do fardo de um erro primeiro, agora identificado com as convenções artificiais. Recupera então sua nudez para construir o Novo Mundo. O ‘Adão americano’ é uma expressão na crença do poder do individualismo como estimulador das energias

criativas do homem. Esta personagem receberia inúmeras elaborações literárias durante todo o século XIX, nas quais o Adão americano aparece como um indivíduo emancipado da história, tendo como principal qualidade a ‘autoconfiança’ nos seus próprios recursos.

Todo esse arcabouço de representações ainda estava vivo em princípios do século XX, tendo alguma revivência no contexto das políticas do *New Deal* de Roosevelt e da Segunda Guerra Mundial. Diante da ameaça de um inimigo que exemplificava de forma extrema os horrores do Velho Mundo, o nazifascismo, os norte-americanos atualizaram diversos desses temas para o novo momento histórico. É nesse contexto que EME visita o país. Apesar da antipatia com a programação organizada pelos promotores da excursão, ele não deixou de cumprir o papel esperado para ele ao se colocar claramente na defesa dos EUA como bastião da democracia contra a ameaça nazifascista, posição que estava longe de ser bem aceita na Argentina. Chega mesmo a perguntar se o que move a campanha militar alemã não seria o desejo de destruir aquilo que os norte-americanos haviam erguido:

[...] ¿cómo es que Alemania ignoraba que existiera un país como éste? (No en su fuerza de agresión o capacidad de armarse, sino en su sistema de vida). ¿No será que lo que Alemania intenta destruir es el progreso vital, la comodidad, la felicidad relativa más bien que el poderío de comercio y los ejércitos? ¿No hay el odio contra el hombre que lleva a vivir sin tormentos espirituales ni económicos – de la pobreza? (Martínez Estrada, 1985a, p. 90).

Mas sua reflexão parece ir além do esforço de guerra. EME estava buscando conferir se a realidade do país confirmava as promessas que havia descoberto nos livros. Em muitos pontos, é possível observar o diálogo que EME estabelece entre as suas percepções sobre os EUA e as análises que havia desenvolvido em RP, embora não haja menção direta sobre isso.

Proponho que o elemento-chave dessa interpretação é a forma orgânica do desenvolvimento histórico e das práticas sociais dos EUA em oposição à inorgenicidade da evolução argentina, discutida em RP. A história argentina teria sido marcada pela intensa clivagem entre a sociedade constituída nos pampas e as condições determinantes impostas pela paisagem natural local. A Conquista e a ocupação territorial teriam sido pontos de partida para um trauma coletivo que se perpetua através da história nacional. Os primeiros conquistadores teriam vivenciado intensa frustração com a ausência das riquezas esperadas. Movidos pela miragem da *Trapalanda*, sentiram-se enganados pelas falsas promessas de enriquecimento rápido.

A consequência foi o desenvolvimento de uma relação ressentida com o ambiente, incluindo os nativos locais, em que a natureza passa a ser vista como inimigo a ser conquistado e oprimido como forma de compensação. Carente de qualquer mentalidade empreendedora, esse conquistador acabaria se sentindo impotente diante de um ambiente, o infinito vazio pampiano, o qual não consegue transformar. A tensão entre homem-natureza não teria gerado uma relação criativa, como no caso dos *pioneers* do Oeste norte-americano, e sim um estímulo para a passividade e acomodação.

De certa forma, o colonizador, que nunca chegou realmente a colonizar, se faz natureza, retroagindo ao estado pré-histórico em que os indígenas locais já viveriam. Chegaram mesmo a adotar as técnicas indígenas de vida, mas isto não resulta em maior conexão com o ambiente porque visaria apenas a satisfazer um desejo de domínio que, de fato, é produto da impotência. Na formulação de EME, o conquistador na verdade é *conquistado* pela natureza e jamais conseguirá desenvolver uma relação produtiva com a terra. O pampa seria um território movediço, onde os ventos e outros elementos naturais sempre destroem qualquer tentativa de criar uma economia produtiva ou mesmo uma vida organizada. Os esforços do homem para organizar o espaço sempre acabam redundando no retorno ao ponto zero. Uma paisagem essencialmente volúvel, imprópria para o estímulo de uma mentalidade empreendedora. A natureza derrota sistematicamente a vontade humana, criando um antagonismo entre pensamento e matéria: “*Así nació una escala de valores falsos y los hombres y las cosas marcharon por caminos distintos*” (Martínez Estrada, 2011, p. 11). O universo de expectativas do colonizador pampiano ficou reduzido ao desejo acumulativo de largas extensões de terra, vistas como uma compensação pelo fato de ter sido enganado. O trauma subjacente à relação homem-natureza teria origem nas expectativas exacerbadas e irrealistas que motivaram a Conquista. Como aponta Weinberg, a matriz fundacional argentina seria marcada pela inautenticidade e superfetação, uma história que seria, de fato, uma história feita pelo Outro, sem continuidade com a experiência local (Weinberg, 2001).

Earle aponta corretamente o interesse de EME pela filosofia fenomenológica do período, a qual valorizava a experiência e conhecimento através das coisas em oposição às construções abstratas da teoria (Earle, 1971). De certa forma, a confiança na teoria teria sido para ele um dos males constitutivos da modernidade em geral e da modernidade argentina em particular: “*La inteligencia y la voluntad suelen construir su albergue según reglas en teoría correctas; la realidad de las cosas no se sabe cómo propensas al desastre de lo imprevisible sopra y lo derriba*”

(Martínez Estrada, 2011, p. 301). Creio, porém, que não seria o caso de considerar EME como um autor intuitionista, que desprezava o papel da vontade racional na construção da ordem social. O problema estaria em que a teoria não teria sido construída a partir do conhecimento da realidade local e sim pela importação de conceitos supostamente universais. EME negava o poder da vontade humana de transcender as condições determinadas pela natureza. A sabedoria estaria em trabalhar a partir dos espaços de liberdade que o mundo natural oferece à volição humana. O desprezo pelas condições dadas fez com que o esforço colonizador ficasse fragmentado em tentativas dispersas de ocupação, entregando o resultado aos desígnios do azar.

A consequência desse processo seria a ausência de sentimento coletivo e capacidade de associação. O território é cenário da atomização de núcleos de povoamento fechados em si mesmos, imersos no isolamento. Perguntado sobre o nome de seu vilarejo, o pampiano sorria porque, para ele, só existira “O” vilarejo. A instabilidade das edificações humanas se reproduziria mesmo na psicologia do habitante local, incapaz de respeitar regras e assumir convicções firmes. Desinteressado pelo mundo que habita, não vê sentido no trabalho metódico, preferindo ampliar seu domínio sobre a terra improdutiva. A ausência de organicidade das populações, a falta de um sentido de ação comum, resulta também na falta de linearidade na percepção do tempo, típica de uma sociedade imutável, mais natureza que cultura.

O inverso teria acontecido na experiência norte-americana: “*El hombre no exigió a la naturaleza sino lo que podía encontrar en ella; nada esperaba como premio a su dignidad de abolengo, casta o credo, sino que le solicitaba la honrada paga del jornal. Washington se enteraba sobre métodos de fertilizar las tierras pobres, sobre injertos y rotación de cultivos [...]*” (Martínez Estrada, 1985b, p. 236). EME se apropria de uma representação “agrarianista” da história norte-americana, muito influenciada por Thomas Jefferson, em que a pequena fazenda seria um espaço de exercício da vida independente, característico da situação de ‘Fronteira’, em que muitas propriedades agrícolas existiam sem o apoio do Estado. Enquanto radicais individualistas, aqueles ideólogos das pequenas comunidades desconfiavam do poder central e rejeitavam a interferência governamental. Lutar pela própria sobrevivência, usando para isso as armas da associação voluntária seria, em si mesmo, um trabalho de pedagogia política, voltado para o estímulo da autonomia do indivíduo contra a tutela das forças da tradição e da convenção. A posse da propriedade seria um instrumento indispensável para o pleno exercício da soberania de si (Botana, 1997). Esta sociedade de pequenos agricultores com cultura cívica individualista

dependeria de uma relação harmônica entre homem e natureza, influenciada por uma percepção fisiocrática da importância do equilíbrio entre a ação do homem e as ofertas da terra. Este agrarismo denunciava a imoralidade do acúmulo de terras nas mãos de especuladores gananciosos, que exauriam o solo e usavam o latifúndio como instrumento de especulação⁷.

Estados Unidos e Argentina são, ambos, países “sem história”, mas em sentidos muito diferentes. O pampiano teria fracassado em constituir qualquer processo de transformação do ambiente. Para EME, este parece ser o critério fundamental para a criação de uma narrativa histórica. As representações do pampa que desenvolve em RP são caracterizadas por imobilidade, tédio, repetitividade, ausência do novo. A aparentemente infinita mesmice da paisagem se repete nas cidades, nos hábitos sociais e na aparência dos habitantes. Todos os povoados, na verdade poucos, parecem iguais aos olhos do visitante. Neste mundo sem nuances, o colono não vê propósito para produzir. A natureza é sua inimiga, impondo sua exclusão da história. Natureza e história se apresentam como antagonistas. Daí que mal se poderia pensar em fazer uma narrativa histórica dessa região, para a qual a etnologia se apresentaria como um saber mais adequado. A invariância acaba enrijecendo a psique argentina, formando o que EME denomina “invariantes”, as quais acredita dominarem a história do país.

A continuidade também caracterizaria a história norte-americana, mas com sentido e consequências diferentes. Dentro do imaginário edênico anteriormente comentado, os norte-americanos seriam o povo escolhido pela Providência para reiniciar a experiência humana no Novo Mundo. Tendo deixado para trás os erros do Velho Mundo, estariam livres dos horrores da mudança e do turbilhão contínuo da história que atormentavam a Europa, protegidos no Jardim recuperado, onde poderiam viver em uma harmonia estável e eterna com a Natureza. Seu estado de ‘inocência’ reconquistada seria demonstrado pelo fluxo progressivo e natural de sua história, sem rupturas drásticas (Noble, 1968).

Curiosamente, esse esquema permitia que a função da narrativa histórica fosse a de afastar o perigo da ‘História’ como mudança, maior ameaça à pureza americana, criando o papel dos ‘historiadores contra a história’, na formulação de David Noble (Noble, 1965). Como guardiões da a-historicidade, os historiadores atuavam como ‘profetas’, tendo como função alertar a nação ameaçada pela infiltração externa, que trazia o estigma do retorno às convulsões da

história europeia. A narrativa histórica teria uma função claramente ‘preservacionista’, em um sentido caracteristicamente norte-americano, pois visava manter as condições ali instaladas pela colonização puritana contra a perspectiva da mudança, a história de um povo atemporal, cujas reservas de energia igualitária estariam sempre disponíveis, mesmo que latentes, para resistir às invasões externas. Diferentemente do quadro argentino, a ausência da história como mudança seria um benefício porque a experiência original da colonização teria gerado a harmonia entre homem e natureza, a qual se reatualiza no compromisso com uma economia produtiva e integração com o solo.

Muito ao contrário, as ilusões originais da Conquista continuariam assombrando a história argentina, reproduzindo a inautenticidade das relações homem-ambiente em novos contextos. As lutas de independência e o violento processo de construção da unidade nacional através de todo o século XIX comprovariam tal invariância. EME desenvolve uma visão extremamente negativa das elites e figuras-chave da política argentina oitocentista. Desde o início, líderes como San Martín e Rivadavia teriam se equivocado ao tentar construir um país a partir de teorias importadas das academias militares e da filosofia republicana dos EUA, sem consideração pelo ambiente⁸. A distância entre a teoria dos independentistas e a realidade do pampa novamente criava um estado de tensão entre o pensamento e as coisas, impondo o desejo de domínio sobre o que passa a ser descrito a partir de então como “barbárie”. Em vez da inclusão civil das populações pampeanas, as elites de Buenos Aires hipertrofiaram os aparelhos militares e burocráticos, que resultam no massacre das populações locais e no inchaço do papel do Estado, política com longas reverberações na história nacional. Em certa medida, tal prioridade dada à teoria retoma o antagonismo local entre história e natureza, já que a construção da máquina política estatal não é acompanhada pela prática social, que permanecerá aferrada ao imobilismo. A independência aparece como mais uma oportunidade perdida de iniciar uma história de fato. E não seria a última.

A repetição cíclica de ilusões anteriores, que buscaram construir uma nação sem o difícil trabalho de se conectar com a terra, repete-se na imposição da Constituição de 1853, copiada das fórmulas liberais da Constituição norte-americana e aplicada em um território totalmente carente da disciplina social necessária para torná-la autêntica. O resultado foi a ampliação do antagonismo entre uma Buenos Aires progressivamente

⁷ Posteriormente, EME escreveu um estudo sobre o romancista Guillermo Hudson em que apresentava uma forma alternativa de relação homem-natureza no pampa (Martínez Estrada, 2001, 1ª edição de 1951).

⁸ Interessante notar que sua avaliação de San Martín destoa daquela apresentada na mesma época por Ricardo Rojas em seu livro *El santo de la espada*, publicado em 1933, mesmo ano de RP. Ao contrário de EME, Rojas via San Martín como um líder diferenciado, que buscou se assimilar ao universo do pampa, incluindo os indígenas, adotando a linguagem e formas de combate locais (Muruci, 2009).

europizada e a distante sociedade parada no tempo a qual supostamente governava. Distante e não contemplado pela nova lei, o pampiano acaba ainda mais desinteressado pela criação de instituições estáveis.

O processo de autonomização norte-americano, diferentemente, teria sido capitaneado por líderes interessados em administrar uma situação social de fato e não construir uma sociedade pela via da teoria política. Diante da organicidade já existente entre homem/natureza, a imposição do pensamento pareceria totalmente inadequada. Na leitura edênica da história norte-americana, a Revolução Americana aparece como uma ‘revolução restauradora’ em oposição ao caráter transformador do conceito europeu de revolução, exemplificado pelos jacobinos. A “revolução” visaria à restauração de uma condição de “Natureza” anterior e não à ampliação da dinâmica de ruptura da ‘História’ (Bercovitch, 1993). Também diferentemente das congêneres europeias, que seriam motivadas pelo choque de interesses e ideologias irreconciliáveis dentro de uma mesma comunidade nacional, a ‘revolução’ norte-americana toma como agente principal o ‘homem comum’, incorporador da essência americana, e o ‘povo’ em luta para restabelecer uma unidade consensual. Por isso, seria possível descrevê-la como uma ‘revolução contínua’, uma mobilização não para instaurar o novo e sim para restaurar uma continuidade que, em si mesma, parte de uma ‘novidade’ inicial e definitiva e cujo objetivo máximo seria a plena expressão do ‘povo’ através do governo representativo.

Os líderes nasceriam naturalmente das forças democráticas da nação. Inúmeras biografias publicadas entre meados do século XIX e início do XX procuraram “democratizar” a figura de George Washington, explorando sua condição de órfão (como os norte-americanos naturais, nascidos sem descendência) que aprendeu com a própria experiência de contato com as coisas (Schwartz, 1992). Esses líderes seriam essencialmente restauradores da ‘simplicidade’ original da qual haviam sido fruto. Na condição mais de reformadores do que de revolucionários, seu método de ação se apoiaria na recusa de teorias predeterminadas, que ignorassem as relações estabelecidas organicamente, e em um senso equilibrado das necessidades do momento. A ‘América’ seria o espaço propício para esse espírito de moderação e respeito pelas crenças compartilhadas. O espírito moderado dos Pais Fundadores teria sido essencial para a estabilidade inicial da República. EME parece corroborar tal interpretação:

Atribuyo casi toda la grandeza de los EE.UU—fuera de la que heredó de la tradición y de la raza— a dos hombres: Franklin y Washington. La cordura y la conducta del sabio. Un pueblo que encuentra en los umbrales de su

vida independiente, en los primeros y difíciles pasos de la libertad, manos de sabiduría y probidad tan grandes, tuvo que desarrollarse espiritual, moral y materialmente como ha ocurrido. La grandeza de EE.UU es casi una fatalidad de esos dos grandes hombres, como los desastres del pueblo judío de sus profetas. Tales profetas, tal historia (Martínez Estrada, 1985a, p. 88).

Os diferentes processos históricos também teriam influenciado fortemente a própria forma de cada país de construir a memória histórica. Em ambos foi necessário lidar com uma percepção de ausência da História como mudança para construir uma memória. E os resultados também foram muito diferentes. Como apontado, os argentinos careceriam de uma verdadeira História porque os colonizadores não produziram qualquer trabalho de transformação do ambiente que pudesse ser objeto de uma narrativa: “Técnicamente en estas regiones no hubo nadie, no ocurrió nada” (Martínez Estrada, 2011, p. 105). Assim, a memória histórica local acabou restrita ao culto biográfico das façanhas de alguns indivíduos, sem qualquer integração orgânica com a sociedade. O “monumentalismo” se impôs como forma de representação do passado. Impossibilitado de escrever algo como uma história coletiva, só resta ao historiador local a garimpagem de episódios anedóticos, com cuidado pela exatidão das informações. O viés positivista dessa historiografia aparece como resultado da própria imobilidade daquela sociedade. Ou, na linha inaugurada pelo próprio EME em RP, o historiador realiza uma exploração dos invariantes que se reproduzem ciclicamente, realizando uma espécie de terapia da própria nação. Em ambos os casos, narrar o passado só torna mais evidente a derrota da vontade humana diante da natureza, confirmando a fissura inaugural.

Nos EUA, ao contrário, o culto monumentalista não existiria, mesmo no caso dos Pais Fundadores, porque a memória histórica está inserida organicamente na vida do cidadão:

[...] la impresión patente de una historia subsumida en la vida cotidiana, incorporada por la fluencia ininterrumpida, la tuve en Washington, donde la ciudad se me apareció con los perfiles vívidos de un monumento personal al héroe. Ciudad señorial apostura, firme arquitectura y luminoso ambiente, con algo de francés y de inglés en lo americano, exponente de una vieja manera de ser el hombre estricto en sus deberes y generoso en sus designios. [...] ¿Para qué necesita el ciudadano saber quién fue Jorge Washington, si no sienten que aún vive en las cosas? [...] Lo mejor que puede ocurrir, al cabo de los años, es que el transeúnte identifique al héroe y la ciudad, que el héroe mítico desaparezca en el movimiento y las figuras renovadas,

como de sí pronosticaba con profética intuición Whitman (Martínez Estrada, 1985b, p. 166).

Mesmo que haja alguma dimensão de heroização dos grandes líderes, o herói norte-americano difere radicalmente do “grande homem” das filosofias aristocráticas europeias, cuja glória viria de sua capacidade de manobrar os rumos da História de acordo com sua vontade, porque vê além dos limitados horizontes dos homens comuns (Gérard, 1998):

Esa historia es en primer término un espectáculo, independientemente de que convenga o no a los conceptos clásicos de la historia como lo hemos conservado desde los tiempos de Heródoto y Tucídides. Puede no ser una historia monumental, sin héroes que encarnen como símbolos de la nacionalidad rasgos eminentes del pueblo y de su destino; pero tiene esa grandiosidad casi anónima de las empresas unánimes y multitudinales que la asemeja en algunos aspectos a la no menos admirable historia de las especies en las ciencias naturales. Acaso ninguna otra dé una impresión tan inequívoca de que la historia verdadera del hombre no ha sido escrita sino como capítulos heroicos a la manera de las tragedias, por ejemplo de Ésquilo, y del episodio idílico de Carlyle. Con total abstracción de sus méritos literarios y de su enjundia poética, Walt Whitman – a quien ellos no quieren – es el Hesíodo de esa epopeya fabril, agrícola, económica, el César comentarista de las campañas del progreso americano. Y en este sentido los novelistas y escritores [...] deben ser considerados como los historiadores auténticos de ese país sin historia (Martínez Estrada, 1985b, p. 147-148).

A questão dos “heróis na História” parece hoje um tema datado. Mas teve grande importância entre primórdios do século XIX e início do XX. Diante da crescente pressão pela democratização política, muitos críticos temeram a mediocrização das lideranças e o nivelamento cultural. A modernidade parecia ameaçar os padrões de excelência e virtude que teriam marcado as elites do passado (Kahan, 1992). Daí a defesa de uma narrativa histórica que preservasse a primazia dos personagens épicos tradicionais, nobrezas e monarquias. Para aqueles que consideravam o avanço da democratização como inevitável, seria preciso selecionar modelos de liderança no passado histórico capazes de evitar a deterioração da

política que a democratização causaria. O crescimento do mercado capitalista de bens culturais também trazia o perigo do rebaixamento do gosto e da educação. Na América Latina, tais preocupações se disseminaram com a influência das ideias *arielistas* de José Enrique Rodó, que defendia a condução da política por elites republicanas virtuosas e a preservação da tradição humanista hispânica contra a influência da democracia de massas norte-americana (Rodó, 1967).

EME foi receptivo a estas questões, mas sua abordagem do tema dos “heróis” é de difícil sistematização. Algumas leituras mais taxativas o consideraram como defensor dos “homens de excelência” contra o populismo das massas. Para Sebrelli, a partir das leituras de Nietzsche e Max Scheler, EME passou a caracterizar todos os movimentos populares como fruto do “ressentimento” dos fracos e de complexos de inferioridade que alimentariam políticas compensatórias, como as do peronismo. As massas desejariam vingança contra a burguesia, a qual invejava. Sem negar esse viés no pensamento de EME, propomos que seus textos sobre os EUA podem nos oferecer uma abordagem mais complexa. Apesar de leitor de Nietzsche, sobre o qual escreveu, ele demonstrou repúdio pela noção de “super-homem”, que considerava típica de países como Rússia e Itália, onde um “escravismo platônico” era necessário para a primazia dos homens excepcionais na história militar e “cesárea”. Nos EUA, diferentemente, predominaria a noção de “grande homem” desenvolvida na mitologia washingtoniana, em que o maior herói é aquele que cumpre a missão que seu momento histórico lhe exigiu e depois se retira para a vida comum, para evitar os perigos que a ambição e o desejo de glória trazem para o espírito democrático.

Por isso, ele cita Walt Whitman, bardo da epopeia do homem comum e autor de odisseias anônimas estreladas pelos trabalhadores do campo, como poeta norte-americano essencial, embora seus anfitriões não o valorizassem. Em Whitman, o heroísmo do homem comum se realiza na própria dimensão do trabalho, vendo-o não como uma imposição da necessidade sobre a criatividade e a individualidade e sim como exercício para educação de si mesmo e aprendizado com as coisas. Neste quadro, o trabalho antecede o pensamento, e a história não é representada como o resultado da ação de alguns poucos indivíduos especiais e sim como um campo aberto para a ação de todos os homens portadores da ‘autoconfiança’⁹.

Incapaz de produzir uma memória integradora, os argentinos continuariam reproduzindo sua condição

⁹ Interessante citar aqui a crítica de Whitman ao aristocratismo de Carlyle: “[...] the promise, nay certainty of the democratic principle, to each and every State of the world, not so much of helping it to perfect legislators and executives, but as the only effectual method for surely, however slowly, training people on a large scale toward voluntarily ruling and managing themselves (the ultimate aim of political and all other development – to gradually reduce the fact of governing to its minimum, and to subject all its staffs and their doings to the telescopes and microscopes of committees and parties – and greatest of all, to afford (not stagnation and obedient content, which went well enough with the feudalism and ecclesiasticism of the antique and medieval world), but a vast and sane and recurrent ebb and tide action for those floods of the great deep that have henceforth palpably burst forever their old bounds – seem never to have enter’d Carlyle’s thought. It was curiously antique” (Whitman, 1996, p. 605).

original de inorganicidade. A terra continuaria sendo objeto de desejos ilusórios, como nas propagandas que atraíram inumeráveis imigrantes, atualizando a decepção inicial dos colonizadores e inflando ainda mais Buenos Aires em vez de povoar o campo. Desconectados com a economia produtiva e a disciplina social, os argentinos se tornaram individualistas anárquicos, incapazes de assumir o respeito pelas regras como um benefício para todos. A ordem social acaba tendo que ser imposta por um Estado inflado e monopolizado por militares para impor algum ordenamento. O individualismo não se confunde com a independência. Ao contrário, fragilizados pelo seu isolamento, os argentinos procuram se aglutinar como massas para a defesa mútua, demandando proteção e favores do Estado. A garantia do emprego público e da casa própria seriam desejos disseminados que atestariam a fraqueza da autonomia e capacidade de empreendimento desses indivíduos.

Nos EUA, ao contrário, o poder estatal é visto com desconfiança porque a formação puritana e o liberalismo teriam direcionado para o cidadão a responsabilidade pelo cumprimento das regras, criando uma sociedade disciplinada pelo interesse comum: “Sin gobierno, los Estados Unidos serían una nación tan bien regida y gobernada como ahora: el gobierno está en los ciudadanos y en los intereses mutuos que los obligan a comportarse correctamente” (Martínez Estrada, 1985b, p. 183). Esta ausência de governo não resulta em desordem devido ao alto nível de disciplina e respeito pelo espaço público, que nota, por exemplo, nos transeuntes em Miami: “Toda esta gente habla en voz más bien baja y no anda con precipitación. Hay una sincronía notable en todo, una armonía en las cosas, los seres, los luces, los movimientos, como si el conjunto de la vida urbana estuviera dirigido por un director de orquesta” (Martínez Estrada, 1985a, p. 29-30).

Um dos benefícios de uma homogeneidade mais apoiada em crenças e atitudes coletivas do que na lei escrita seria a resistência do Estado contra indivíduos desestabilizadores, movidos por caprichos ou interesses pessoais, e contra a agitação das massas atizadas pela demagogia. Citando Thoreau, concorda que o melhor governo é o que não governa e aplaude o baixo interesse dos cidadãos pelo apoio estatal. Após um período de ilusões políticas geradas pelo democratismo jacksoniano, os norte-americanos, sob a direção de Roosevelt e os *New Dealers*, estariam amadurecendo a percepção de que o governo tem papel essencialmente administrativo no âmbito da sociedade e da economia e não propriamente político. A “ciência da administração” deveria superar a “arte da

política”, relegando os políticos ao papel secundário que lhes cabe. Enquanto as oligarquias políticas perdiam prestígio, a figura do presidente ganhava força, embora apenas na medida em que representasse a vontade popular, sem apelos para a retórica democrática. Este processo levaria ao fim o período “dionisiaco” da política iniciado pelo culto de militares populistas como Jackson e Grant: “[...] podemos considerar la política norteamericana en proceso de extinción” (Martínez Estrada, 1985b, p. 183). Seguindo as concepções de Thomas Jefferson, quanto mais desenvolvida estivesse a cultura cívica dos cidadãos, menos útil seria o governo.

Ali a economia e os hábitos modernos são produto da evolução orgânica da sociedade: “Lo moderno no es sólo cuestión de fachada y vidriera – como creemos nosotros – : es cuestión orgánica” (Martínez Estrada, 1985a, p. 38). Muito diferente do principal ícone da modernidade argentina, a rua Florida e suas vitrines, que representaria a face da Argentina progressista e sofisticada, mas que, em RP, EME havia denunciado como mais perfeita ilusão de um país que não quer ver a verdade de sua modernidade incompleta: “Florida acaso es Florida por su estrechez que nos impide retirarnos y ver sus vidrieras a una distancia conveniente, despegándonos de su ficción” (Martínez Estrada, 2011, p. 251)¹⁰. Ficção que tornaria palpável a fantasia maior dos reformadores argentinos, que quiseram civilizar o país pela adoção de roupas e hábitos europeus: “[...] el que nosotros vestimos, adquirió la calidad de fetiche, desde que Rivadavia y Belgrano quisieron transformar nuestros hábitos a base del vestido” (Martínez Estrada, 2011, p. 250).

O Estado ibero-americano possuiria um desproporcional papel normativo, tirando das associações civis e instituições públicas a possibilidade de desenvolver atividades liberais. Seriam monarquias disfarçadas em repúblicas, ainda herdeiras das tradições dos Bourbons e Braganças. Desdenhavam necessidades básicas de uma sociedade liberal, como a liberdade econômica e a educação cívica. Com isso, o ibero-americano crescia com a ansiedade pelo emprego público como forma de garantir estabilidade, mantendo a permanente falta de integração com as coisas que atravessa a história local. As constituições republicanas seriam letra morta, incapazes de estimular uma democracia liberal verdadeira. Apesar disso, ocupam papel destacado na reflexão política local, vistas como instrumentos importantes de intervenção social e realização de ideais, o que, para EME, causaria a atrofia do processo de autoaperfeiçoamento dos costumes.

¹⁰ Alguns intérpretes apontam um tom moralista, e mesmo puritano, no ódio que EME demonstrava por Buenos Aires. Suas análises sobre a forma como as mulheres são tratadas e sobre a prostituição podem ser lidas nesse sentido. Parte de seu pensamento poderia mesmo ser entendida como um projeto de reforma moral da Argentina (Orgambide, 1997). Aqui preferi me limitar aos aspectos mais propriamente políticos dessa questão.

A modernidade não teria trazido desenvolvimento social para a Argentina porque repetiu a mesma inadequação cíclica entre homem e natureza. As ferrovias aparentemente realizaram a primeira ocupação mais ampla do território, mas foram criadas priorizando os interesses portuários de Buenos Aires e a política de exportação do capitalismo internacional. As vastas regiões desconectadas da rede ferroviária veem sua miséria ainda mais ampliada.

Nos EUA, o sucesso na difusão orgânica dos valores republicanos também seria perceptível na distribuição da riqueza. Após ter trabalhado tanto para desconstruir a mitologia da Argentina como uma sociedade sem classes, EME parece, em um primeiro momento, absorver uma visão clássica do liberalismo norte-americano sobre a ausência de classes profundamente antagônicas em uma sociedade homogeneamente liberal:

Hoy he aprendido más que con cien libros; he visto, he palpado que Norteamérica hace tiempo ha superado todo socialismo (cierto aspecto del socialismo, al menos). Prácticamente están abolidas las clases. Sobre un pie de libre competencia individual, se escalonan las profesiones, los oficios y las fortunas. Se subsisten las diferencias sociales, no existen las diferencias humanas sino hasta cierto punto. No sé si el comunismo es más avanzado que esto. Comprendo a los norteamericanos que consideran a la democracia como el más alto estado social (Martínez Estrada, 1985a, p. 86).

Essa constatação acaba levando ao corolário clássico dessa linha de pensamento que é a inutilidade da “revolução” nos moldes jacobinos em uma sociedade que se revoluciona permanentemente através da própria dinâmica redistributiva do mercado, concepção criticada nos EUA pela historiografia progressista no momento em que EME escreve, mas que terá forte ressonância na década seguinte (Hartz, 1991):

Un peligro al cual no están expuestos los norteamericanos, me parece, es la revolución de ningún género, si no se considera como revolución estratégicamente vencedora, de largo ritmo, esa conquista de zonas nuevas para la actividad humana que es lo que impide a ese pueblo repetirse, estancarse ni mirar atrás. Toda novedad está ligada filogenéticamente a su historia, considerada como unidad de estilo y de acción, de manera que aun el progreso y la creación de laboratorio entran a formar parte de una fatalidad histórica más bien que de los episodios biográficos del genio (Martínez Estrada, 1985b, p. 161).

A história norte-americana seria tão determinada pelas forças geradas no princípio de sua formação quanto

a da Argentina. Mas ali as condições originais foram favoráveis para estimular a disciplina no trabalho e o espírito empreendedor. A crença socialmente compartilhada da importância do trabalho e do empreendimento traria uma dinâmica transformadora permanente na vida norte-americana, uma revolução lenta de abertura de novos campos para a atividade humana. Para EME, a continuidade ali é revolucionária. A transformação se faz mais pelo trabalho cotidiano de indivíduos anônimos do que pelas ações do gênio excêntrico. Mesmo criadores tão distintos quanto Franklin e Edson são mais produto do esforço inventivo contínuo do que figuras notáveis por suas particularidades: “Toda fuerza de su historia cada norteamericano la siente en sí mismo; él es la historia” (Martínez Estrada, 1985b, p. 165). Daí que pareceria uma irresponsabilidade histórica lançar o país em algum processo de transformação radical e abrupta: “¿Se puede en un país así aspirar a una revolución, pensar en el asesinato político, buscar la eliminación de una clase entera? Solo un insensato. Tampoco un cerebro normal puede concebir la idea (no el ideal) de sojuzgar al semejante y de establecer dos estratos: uno que manda y otro que obedece” (Martínez Estrada, 1985a, p. 88).

No conjunto, é importante destacar que, embora predominantemente positiva, a relação de EME com os Estados Unidos destoa em pontos cruciais da tendência de muitos outros liberais latino-americanos, que valorizavam as conquistas do capitalismo liberal e desejavam reproduzi-las na América Latina. Os elementos que o atraem são notavelmente diferentes da visão darwinista da sociedade de mercado que outros liberais tendem a admirar. Se, por um lado, valoriza a disciplina social e a liberdade individual, vê com alívio que as imagens de uma sociedade mercantilizada e radicalmente materialista não eram totalmente verdadeiras:

Hasta ahora no he advertido una ‘civilización del dólar’. He advertido que la riqueza es una especie de motor poderoso que hace posible la marcha de un complicado convoy de pasajeros, mercaderías y de bienes de toda clase. Uno de los factores, en fin, no la meta. Y me parece también cosa importante que el rico haya llegado a olvidarse de que es rico, porque lo malo no es tanto la riqueza como la preocupación [...]. Lo moral me parece predominante sobre lo pecuniario (Martínez Estrada, 1985a, p. 65).

Como conclusão, podemos propor que a percepção de EME sobre os EUA oscila entre duas linhas diversas, em geral antagônicas, que caracterizaram o americanismo de muitos intelectuais latino-americanos: o *edenismo* e o *ariélismo*. No primeiro caso, a América é pensada como o universo do novo, da invenção de formas de organização política e social que rompem com a pesada tradição de catástrofes

da história europeia. Normalmente, tal concepção resulta na prioridade dos temas da democracia, da invenção de si mesmo (*self-made man*) e da valorização do homem comum. Em oposição a este repertório, a segunda linha repudia essa ruptura e reafirma as conexões da América com a herança europeia, destacando os temas da excelência do gênio, do papel dos grandes homens na História, da seletividade política e do humanismo literário (Muruci, 2004). Nenhuma das duas é inteiramente fechada às influências da outra e muitas vezes assumem relações de mútua permeabilidade. EME trabalha as duas compreensões, mas elas funcionam em dois níveis diferentes. A América edênica aparece em sua explícita admiração da excepcionalidade da experiência histórica norte-americana e seus resultados políticos e sociais, junto com o lamento pelo fato de que a Argentina tenha seguido caminho tão diferente. Mas não deixa de repudiar os excessos do mercantilismo, apontando a presença de fortes vínculos morais como elemento caracterizador da existência cotidiana daquela sociedade. Novas possibilidades ainda podem estar abertas para o diálogo entre esses textos e o restante de sua produção ensaística.

Referências

- BERCOVITCH, S. 1993. Continuing revolution: George Bancroft and the myth of progress. In: S. BERCOVITCH, *The rites of assent: Transformations in the symbolic construction of America*. New York, Routledge, p. 169-193.
- BORELLO, R.A. 1996. Radiografía de la pampa y las generaciones de 1925 y de 1950. Interpretaciones y discípulos. In: L. POLLMANN (ed.), *Radiografía de la pampa (Edición Crítica)*. Madrid/Paris/México/Buenos Aires/São Paulo/Rio de Janeiro/ Lima, ALLCA XX, p. 425-441.
- BOTANA, N. 1997. *La tradición republicana: Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 532 p.
- EARLE, P.G. 1971. *Prophet in the wilderness: The Works of Ezequiel Martínez Estrada*. Austin, University of Texas Press, 254 p.
- FERRER, C. 2014. *La amargura metódica: Vida y obra de Ezequiel Martínez Estrada*. Buenos Aires, Sudamericana, 619 p.
- GÉRARD, A. 1998. Le grand homme et la conception de l'histoire au XIXe siècle. *Romantisme*, 28(100):31-48. <http://dx.doi.org/10.3406/roman.1998.3288>
- HARTZ, L. 1991. *The liberal tradition in America*. New York, Harcourt Brace, 329 p.
- KAHAN, A. 1992. *Aristocratic liberalism: The social and political thought of Jacob Burckhardt, John Stuart Mill, and Alexis de Tocqueville*. New York/Oxford, Oxford University Press, 240 p.
- MARTÍNEZ ESTRADA, E. 1963. *A verdadeira história do Tio Sam*. São Paulo, Fulgor, 62 p.
- MARTÍNEZ ESTRADA, E. 1985a. Diário de viagem a los Estados Unidos. In: E. MARTÍNEZ ESTRADA, *Panorama de los Estados Unidos*. Buenos Aires, Torres Agüero Editor, p. 27-144.
- MARTÍNEZ ESTRADA, E. 1985b. Diagrama de los Estados Unidos. In: E. MARTÍNEZ ESTRADA, *Panorama de los Estados Unidos*. Buenos Aires, Torres Agüero Editor, p. 145-256.
- MARTÍNEZ ESTRADA, E. 2001. *El mundo maravilloso de Guillermo Enrique Hudson*. Buenos Aires, Beatriz Viterbo Editora, 383 p.
- MARTÍNEZ ESTRADA, E. 2011. *Radiografía de la pampa*. Buenos Aires, Editorial Losada, 405 p.
- MARX, L. 1967. *The machine in the garden: Technology and the pastoral ideal in America*. Londres/Nova York, Oxford University Press, 406 p.
- MURUCI, F. 2004. *Os homens já se entendem em Babel: mito e história da América em Oliveira Lima, José Enrique Rodó e José Martí*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 304 p.
- MURUCI, F. 2009. Ricardo Rojas e a construção biográfica de um herói nacional: San Martín, *el santo de la espada*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 8:1-26.
- NOBLE, D. 1968. *The Eternal Adam and the New World Garden: The central myth in the American novel since 1830*. New York, George Braziller, 226 p.
- NOBLE, D. 1965. *Historians against history: The Frontier Thesis and the national covenant in American historical writing since 1830*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 206 p.
- ORGAMBIDE, P. 1997. *Un puritano en el burdel: Ezequiel Martínez Estrada o el sueño de una Argentina moral*. Rosario, Ameghino Editora, 239 p.
- POLLMANN, L. (ed.). *Radiografía de la pampa (Edición Crítica)*. Madrid/Paris/México/Buenos Aires/São Paulo/Rio de Janeiro/ Lima, ALLCA XX.
- RODÓ, J.E. 1967. *Obras Completas*. Madrid, Aguilar, 1558 p.
- ROY, J. 1985. Genesis y contexto de los escritos inéditos de Martínez Estrada sobre los Estados Unidos. In: E. MARTÍNEZ ESTRADA, *Panorama de los Estados Unidos*. Buenos Aires, Torres Agüero Editor, p. 7-25.
- SADLIER, D. 2012. *Americans All: Good Neighbor Cultural Diplomacy in World War II*. Austin, University of Texas Press, 263 p.
- SEBRELI, J.J. 1986. *Martínez Estrada: una rebelión inútil*. Buenos Aires, Catálogos Editora, 127 p.
- SCHWARTZ, B. 1992. Social change and collective memory: the democratization of George Washington. *American Sociological Review*, 56(2):221-236. <http://dx.doi.org/10.2307/2095781>
- VIÑAS, D. 1996. Martínez Estrada, de *Radiografía de la Pampa* hacia el Caribe. In: L. POLLMANN (ed.), *Radiografía de la pampa (Edición Crítica)*. Madrid/Paris/México/Buenos Aires/São Paulo/Rio de Janeiro/Lima, ALLCA XX, p. 409-423.
- VIÑAS, D. 1998. *De Sarmiento a Dios: Viajeros argentinos a USA*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 412 p.
- WEINBERG DE MAGIS, L. 1990. La dimensión americana de Ezequiel Martínez Estrada. In: E. MARTÍNEZ ESTRADA, *Diferencias y semejanzas entre los países de la América Latina*. Caracas, Biblioteca Ayacucho, p. IX-XXXIX.
- WEINBERG DE MAGIS, L. 2001. Ezequiel Martínez Estrada: La interpretación y la institución de sentido de la sociedad argentina. *Prismas*, 5:259-281.
- WHITMAN, W. 1996. Carlyle from American point of view. In: W. WHITMAN, *The portable Walt Whitman*. New York, Penguin Books, p. 492-501.

Submetido: 13/01/2016

Aceito: 11/05/2016